

Mestrado profissional como prática acadêmica

* UFBA
ciags@ufba.br

Tânia Fischer*

Resumo

Neste trabalho, discute-se o mestrado profissional como prática acadêmica, reconstituindo itinerários e identificando configurações, tensões e dilemas desse tipo de curso. Propõe-se que o mestrado profissional seja valorizado como experiência inovadora capaz de contribuir para a renovação da pós-graduação brasileira.

Palavras-chave: mestrado profissional; aprendizado pela experiência; prática profissional.

Abstract

The aim of this paper is to discuss the professional masters course as an academic activity. The itineraries, pathways, configurations, tensions and dilemmas of this type of course are explored. It is suggested that the professional masters should be valued as an innovative experience capable of contributing to the process of renovating Brazilian university courses at the graduate level.

Keywords: professional masters; learning through experience; professional practice.

Introdução

A aprendizagem pela experiência, pela prática ou a partir das práticas está no centro das discussões na formação de gestores, entre outros profissionais.

O mestrado profissional (MP) é fenômeno relativamente recente na pós-graduação brasileira enquanto prática acadêmica institucionalizada, já que os primeiros cursos datam de meados dos anos 90. Reconhecido como necessidade e rota alternativa de formação, *vis á vis* à formação *stricto sensu* para o ensino e pesquisa, é uma tentativa de orientar o ensino para a aplicação.

Este texto pretende contribuir para o debate dessa prática acadêmica, discutindo o quanto ela é reflexiva (ou deveria ser) da experiência profissional da área em que o curso está inserido e simetricamente, do campo de ensino envolvidos pelo curso.

Itinerários da pós-graduação tensões e dilemas

A pós-graduação brasileira vive, desde o seu início, uma espécie de síndrome bipolar entre valores, padrões e critérios de ensino e avaliação

estritamente acadêmicos e as exigências de formação do mundo do trabalho. O mestrado profissional é a forma mais visível dessa disputa entre lideranças da comunidade acadêmica e das instituições que defendem tradições ou inovações como se fossem mutuamente exclusivas.

O conceito de MP não é novo. A idéia de cursos orientados à capacitação profissional está expressa no Parecer nº 977/65 do então Conselho Federal de Educação, que já propunha a criação de cursos de pós-graduação orientados à formação de profissionais. O viés acadêmico foi predominante na gênese e no desenvolvimento da pós-graduação, justificado pela necessidade de qualificar pessoal para o ensino e institucionalizar a pesquisa.

Na década de 60, desenvolveu-se o *lato sensu* e, nos anos 70 e 80, consolidou-se a pós-graduação *stricto sensu* fortemente orientada à formação de pesquisadores. A formação de professores não tem merecido espaço significativo nos cursos de mestrado e doutorado. Nos cursos, conteúdos e métodos de pesquisa são o foco do ensino. Portanto, há iniciação à pesquisa nos mestrados e capacitação para a pesquisa nos doutorados. A formação do professor como profissional não é incorporada aos currículos da maior parte dos cursos, lembrança que os MPs em ensino de Ciências vem cobrir.

A inércia estrutural da pós-graduação brasileira e a hipervalorização do mestrado acadêmico por muito tempo, reforçadas pelo esforço que as áreas aplicadas fazem no sentido de constituírem e serem valorizados como produtores de pesquisa e conhecimento, já que são áreas jovens no contexto da pós-graduação, criaram uma rejeição ao formato diferenciado do MP. O sucesso do modelo de fomento conjugado à avaliação consolidou, desde a década de 80, desenhos curriculares e práticas de ensino muito similares em todas as áreas levando em conta o isomorfismo coercitivo que o bom sistema de avaliação que construímos como comunidade acadêmica acabou acarretando. Entre tantas virtudes, um efeito perverso: os cursos não apenas se parecem no que é bom e desejável. Ao tentarem o enquadramento nas exigências das universidades e das comissões de avaliação das respectivas áreas, os programas de pós-graduação apostam em formatos conservadores e miméticos.

Os anos 90 foram de diferenciação progressiva: mestrados e doutorados tiveram expansão controlada pelo sistema de avaliação da Capes e pela própria comunidade de programas, mas duas ocorrências, merecem destaque. A primeira, é a versão glamourizada da especialização com a rotulação de MBA aos cursos de Administração. A sigla foi utilizada por outras áreas, como Engenharia perdendo o sentido original (Master Business Administration) e ganhando significados associados à competência profissional que o mercado requer em setores específicos. A segunda, a indução do mestrado profissional pela Capes. Se o primeiro caso é um fenômeno de mercado, o segundo é a expressão de uma política clara da agência de estímulo a uma linha alternativa aos recursos acadêmicos.

O mestrado profissional nasce regulamentado desde 1995, seguindo-se portarias e resoluções que tentam estabelecer as diferenças entre cursos acadêmicos e profissionais. Com formato e denominação polêmicos, o MP esbarra na concepção acadêmica da pós-graduação, sedimentada por práticas e modelos tradicionais. O sistema de avaliação da Capes

reflete essa realidade, concebida e estruturado para aferir o desempenho de programas e cursos voltados para a formação acadêmica, orientando-se, portanto, por parâmetros, critérios e indicadores orientados a tal propósito. Há, nesse momento, uma tendência a revisar o sistema de avaliação incorporando novos valores e critérios.

Para além do modelo de avaliação

A avaliação acompanha o ciclo completo do curso. Critérios e condições requeridas de um curso estão presentes nos documentos reguladores da Capes para a abertura de cursos novos, como no caso das orientações sobre a utilização do Aplicativo para Propostas de Cursos Novos, 2005 (APCN/2005), conforme apresentadas no Manual do Usuário do instrumento.

As comissões de área devem, porém, também estabelecer critérios próprios, além dos que constam do referido Manual; que, por si, já representou um passo importante na configuração do mestrado profissional.

Em primeiro lugar, exige-se que as propostas de mestrado acadêmico e profissional sejam distintas, quando a instituição oferecer os dois tipos de curso. Quando for o mestrado profissional, esse deve ter características nitidamente aplicadas. Os quesitos em que as diferenças são explicitadas referem-se à composição do corpo docente e à natureza de produção de professores e alunos.

O APCN faz uma distinção importante na exigência de titulação para cursos acadêmicos e profissionais. Se, no primeiro caso, o corpo docente será total e exclusivamente constituído por doutores, nos cursos profissionalizantes são admitidas as opções mestres acadêmicos e profissionais e graduados. É um ponto polêmico, que envolve riscos e possibilidades. Por trás desse critério, está a valorização do saber prático e dos profissionais participantes que, acredita-se, agregarão valor ao curso, independente de sua titulação. Reações a esse critério são compreensíveis, pois pode ser entendido como a substituição dos acadêmicos pelos praticantes.

Em áreas que lutam por afirmação de uma identidade acadêmica e em que, de fato, existe investidas de cursos “de mercado”, a admissão de não-doutores no corpo docente pode ser não somente uma ameaça, mas uma concessão equivocada.

O que está em jogo, porém, não é somente a manutenção de modelos estáveis que sustentam a legitimidade acadêmica de áreas aplicadas. No caso de cursos orientados para a formação profissional, a qualidade não é determinada apenas porque os doutores são a totalidade do corpo docente. Um mestrado deve ter tantos doutores quanto necessário. Um mestrado profissional deve ter também um número suficiente e necessário de bons praticantes, que contribuam na oferta de práticas curriculares enriquecidas pela experiência.

Outra preocupação que está por trás das resistências é a concessão do título de mestre a praticantes que poderão, com esta credencial, também ensinar. E a questão é: por que não?

Nas áreas aplicadas como Administração, Direito, Arquitetura, Serviço Social, Comunicação, Planejamento Urbano e Regional, os cursos de graduação

podem beneficiar-se do ensino de profissionais, segundo a natureza de área e as características da profissão, em porcentual a ser definido

A quantidade de doutores, mestres acadêmicos e mestres profissionais desejáveis em um curso é uma decisão criteriosa e não aleatória. Como esses professores devem se organizar como comunidade de interesses e de práticas é um problema de gestão institucional.

Nenhum curso de graduação poderia ser desenvolvido sem a participação e o comprometimento com objetivos compartilhados de formação entre acadêmicos e praticantes nas áreas aplicadas. As instituições de ensino devem ter claros os critérios de seleção de seus professores. Que tipo de professor desejá-se recrutar? Um doutor ou mestre acadêmico em regime de tempo integral dedicado ao ensino e à pesquisa ou um professor que exerça a profissão e o magistério em tempo parcial? Se esse profissional, for egresso de um MP garante-se maior qualidade do seu desempenho.

Não se trata, portanto, de exclusão mas de inclusão qualificada. No cerne dessa questão, está o falso dilema entre teoria e prática. Como avançar das práticas acadêmicas tradicionais para uma nova forma de pós-graduação?

Para além da prática

O MP pode variar quanto aos públicos a quem se destina, quanto à estrutura, ao local e tempo de duração, exigências de dedicação do estudante e natureza do ensino. Nos dez anos de existência formal desse tipo de curso as experiências de MP conformaram dois modelos: o curso generalista e o curso focalizado.

O MP generalista é típico da área de Administração; enquanto o MP focalizado é identificável em áreas de viés tecnológico e de políticas públicas, isto é, em áreas de aplicação setorializada.

Podem ser assim descritos:

- a) MP generalista – forma profissionais multiquificados em nível estratégico. O curso propõe-se a rever as práticas exercidas pelo aluno, fazendo-o refletir sobre as mesmas, resignificando-as criticamente. Orienta-se por competências complexas e atrai alunos com experiência anterior, que é um critério valorizado da seleção. Nesse caso, enquadram-se os mestrados profissionais em Administração desenvolvidos pelas Universidades Federais da Bahia e do Rio Grande do Sul, bem como pelas duas escolas da Fundação Getúlio Vargas (Ebape e Eaesp). Esses cursos atraem gestores experientes, com bagagem significativa, oriundos de governos, empresas e de setores da sociedade civil, como ONGs, programas e movimentos sociais.
- b) MP focalizado – forma profissionais para setores específicos de atividades, possibilitando especialização e maior instrumentalidade para lidar com problemas concretos. Pode ser oferecido a públicos iniciantes ou já experientes, permitindo maior desenvolvimento de expertise ou mesmo, realocação profissional. Nesse caso, estão os mestrados em Engenharia, Odontologia e outros. O mestrado em Saúde Coletiva da UFBA é um exemplo de aplicação em políticas públicas.

Um terceiro caso, de hibridização desses dois modelos, é a proposta do mestrado profissional em ensino desenvolvido nas áreas de Ciências e Matemática, que conjuga a teoria que se ensina com a organização de condições para a prática docente.

O MP pode apresentar variações quanto ao tempo exigido do estudante (integral ou parcial); quanto ao local onde se desenvolve (academia ou outra instituição que preencha os requisitos acadêmicos, como centros de pesquisa tecnológica ou universidades corporativas bem como grande diversidade de formatos, métodos e recursos. Pode ser tradicionalmente estruturado por disciplinas ou por eixos e seqüências interdisciplinares. Pode ser estruturado por práticas como oficinas, ateliês, projetos e estágios. Comporta hibridização entre eixos temáticos e experiências, entre ensino convencional e simulação, entre ensino presencial e semi-presencial. Em síntese, o mestrado profissional deve orientar-se por princípios de flexibilidade, organicidade, inovação e aplicabilidade. Esse parece ser o maior desafio.

Os cursos acadêmicos não valorizam a prática profissional vivida como experiência real devido a muitos fatores. Uma das causas apontadas é a distância que os acadêmicos colocam entre a pesquisa produzida nas academias e os fenômenos do mundo do trabalho, bem como o descolamento entre as práticas acadêmicas das práticas profissionais desses professores. A prevalência da pesquisa e a valorização da produção bibliográfica em total detrimento da tecnológica ou técnica forja um perfil docente (e discente) que começa na seleção de mestres e estudantes e vai até as exigências de trabalho final. As linhas de pesquisa e a conseqüente produção de professores e alunos é, essencialmente, bibliográfica. A produção técnica, ou seja, a produção com impacto social tangível (avaliação nos processos de patenteamento e aferição de propriedade intelectual) entre outros indicadores de impacto social possíveis, é ainda incipiente, especialmente, nas áreas de Ciências Sociais Aplicadas.

A discussão nebulosa sobre natureza das tecnologias sociais e como podem ser apropriadas na produção docente e discente exclui o reconhecimento de contribuições relevantes à sociedade de pessoas e instituições.

A natureza da pesquisa e sua aplicabilidade é controvérsia que se explicita nos modelos de trabalho final requeridos pelos cursos. O que é uma dissertação de mestrado profissional? O que se observa nos cursos é uma exigência calcada na experiência e no modelo de dissertação tradicional ou acadêmica.

O trabalho de conclusão do mestrado profissional configura-se como dissertação que demonstre domínio do objeto de estudo, além da investigação aplicada à solução de problemas que possa ter impacto no sistema a que se dirige. Deve conter a descrição e discussão dos resultados, conclusões e recomendações de aplicações práticas e serem ancoradas em um referencial teórico. O seu conteúdo pode incluir, por exemplo, resultados de estudos de casos, desenvolvimentos e descrição de metodologias, tecnologias e *softwares*, patentes que decorrem de pesquisas aplicadas.

Se esse é um modelo ideal, é difícil, no entanto, incorporar problemas empíricos na listagem de temas de dissertação aceitáveis em programas que consolidaram um perfil acadêmico e agora oferecem também o mestrado profissional. Co-orientação de praticantes é de difícil articulação

com orientação acadêmica. Nas bancas, trabalhos aplicados são alvo de críticas nem sempre adequadas. Se as dificuldades de vencer a inércia são consideráveis, as possibilidades de inovar e revitalizar a pós-graduação também são. Contudo, toda inovação tem os seus custos.

Considerações finais

Em cursos profissionalizantes, a difícil equação teoria e prática expressa-se pela negação e não pela afirmação. Mestrados profissionais não são cursos não-acadêmicos, já que existem principalmente nos espaços da academia. A inércia estrutural da pós-graduação brasileira e a hipervalorização do mestrado acadêmico por muito tempo, acentuada pelo esforço que as áreas aplicadas fazem no sentido de constituírem e serem valorizadas como produtores de pesquisa e conhecimento, criou uma rejeição ao formato diferenciado do MP.

Defende-se o esforço de pensar e organizar um modelo de curso para além da academia, pelas vantagens tanto para os praticantes quando para os acadêmicos. Entre outras vantagens, a fertilização cruzada entre cursos quando ocorrem nas mesmas estruturas de programas, conferindo maior ressonância social à pesquisa, e a reflexão sistemática sobre as práticas além das possibilidades oferecidas ao ensino ancorado na experiência.

Se a prática é um exercício transformador, como a construção de mestrados profissionais pode contribuir para flexibilizar e inovar a pós-graduação? Como inverter o sentido do movimento, isto é, como se constrói um curso mapeando necessidades sociais extramuros e fazendo dessa cartografia o instrumento estruturante do curso?

Em primeiro lugar, o mestrado profissional é uma prática acadêmica desejável, pois permite experimentar inovações em desenhos curriculares e formas de ensinar e aprender. Cursos orientados por competência socialmente desejáveis, estruturados com flexibilidade em novos modelos que incorporem e reflitam experiências devem ser acompanhados por estudos de avaliação e monitoramento contínuos. Cabe à Capes aperfeiçoar o sistema de avaliação desses cursos reconhecendo a multidisciplinaridade já na composição dos comitês de avaliação de propostas. Isto é, como os mestrados profissionais têm uma orientação naturalmente multidisciplinar, em muitos casos, os projetos deveriam ser apreciados por comitês constituídos por representantes das disciplinas que compõem o curso e acompanhados por esses.

Em segundo lugar, um mestrado profissional deve ter padrões de exigência tão rigorosos quanto os do mestrado acadêmico, só que com critérios diferentes, pois são cursos de natureza qualitativamente diferenciada.

Para finalizar, mestrados profissionais são experiências de inovação e reinvenção das práticas acadêmicas e como tal devem ser tratados. Aprende-se muito tendo praticantes como alunos; talvez mais do que eles aprendem conosco, acadêmicos. Profissionais experientes não vem aprender práticas, mas sim, iluminar a prática com teorias apropriadas.

Talvez seja esse o maior desafio e fator de sedução para oferecer cursos de natureza profissionalizantes: a articulação orgânica entre a prática (que o aluno tem ou almeja ter) e a teoria que alimenta e alicerça essa prática.